

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 499.232 - SP (2019/0076461-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : ANDERSON JOSE GASPARINI (PRESO)
ADVOGADO : ANDRE BERGAMIN DE MOURA - SP348790
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. QUANTIDADE DA DROGA UTILIZADA PARA AFASTAR O TRÁFICO PRIVILEGIADO. 442 GRAMAS DE MACONHA. DENÚNCIAS ANÔNIMAS. ELEMENTOS CONCRETOS QUE EVIDENCIAM DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. REGIME FECHADO. FUNDAMENTO CONCRETO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Fixada a pena-base no mínimo legal, as instâncias *a quo* reconheceram que o acusado se dedicava a atividades criminosas em virtude da quantidade de droga apreendida – 442g de maconha – e da existência de denúncias anônimas fazendo com que fosse conhecido dos meios policiais, razão porque negaram a aplicação da causa de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006.

2. É pacífico o entendimento nesta Corte Superior de que a quantidade e/ou a natureza da droga podem justificar a não aplicação da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, quando evidenciarem a dedicação à atividade criminosa.

3. É idônea e suficiente para justificar o regime mais gravoso a fundamentação baseada no caso concreto, considerando *a quantidade de droga apreendida, quase meio quilo* e as *denúncias de que o réu praticava o tráfico e atuava com um "disk" para atender as ligações dos usuários e entregar o entorpecente*, nos estritos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, c/c 59, ambos do Código Penal.

4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Presidente e Relator

